

Literatura infantil negra nos anos iniciais do Ensino Fundamental: a Lei n. 10.639/2003 e a educação antirracista

Black Children's Literature in the Early Years of Elementary Education: Law 10.639/2003 and Anti-Racism Education

Suzana Macêdo Nunes Gomes*

RESUMO

O objetivo deste artigo é problematizar o ensino da Literatura Infantil Negra nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz da Lei n. 10.639/2003, contribuindo para o imperativo reconhecimento da representação negra na Literatura Infantil e para o desenvolvimento de uma educação antirracista. A referida lei, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é entendida aqui como importante instrumento na busca pelo combate ao racismo na sociedade brasileira. O estudo foi motivado pela seguinte questão orientadora: Como a Literatura Infantil Negra colabora com o combate ao racismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz da Lei n. 10.639/2003? Para responder à questão orientadora, foram utilizados os pressupostos teóricos de pesquisadores que abordam a Literatura Infantil Negra, bem como os estudos acerca da Lei n. 10.639/2003, racismo, preconceito e educação antirracista.

Palavras-chave: Lei n. 10.639/2003; Literatura Infantil Negra; Educação Antirracista.

ABSTRACT

The objective of this article is to problematize the teaching of Black Children's Literature in the early years of elementary school, in light of Law no. 10.639/2003, contributing to the imperative recognition of Black representation in children's literature and to the development of an anti-racist education. The aforementioned law, which establishes the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African history and culture, is understood here as an important instrument in the fight against racism in Brazilian society. The study was motivated by the following guiding question: How does Black Children's Literature contribute to the fight against racism in the early years of elementary school, in light of Law 10.639/2003? To answer this guiding question, we used the theoretical assumptions of researchers who address Black Children's Literature, as well as studies on Law 10.639/2003, racism, prejudice, and anti-racist education.

Keywords: Law no. 10.639/2003; Black Children's Literature; Anti-Racist education.

* Rede Pública Municipal, Buriti dos Lopes, Piauí, Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Parnaíba, Piauí, Brasil. suzynunes208@gmail.com <<https://orcid.org/0009-0003-0651-7158>>

O presente artigo é um recorte da dissertação de Mestrado intitulada *Ensino de História e Literatura Infantil: Educação Antirracista e Representação Negra nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, à luz da Lei 10.639/2003*, e busca problematizar aspectos relevantes acerca da importância da aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003, por meio do trabalho com a Literatura Infantil Negra nos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando contribuir para a formação e representação das crianças, para a valorização da diversidade cultural e étnico-racial de nosso país e para o desenvolvimento de uma educação antirracista.¹

A Lei n. 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o intuito de favorecer uma educação comprometida positivamente com as relações étnico-raciais, ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. A lei versa sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas disciplinas de História, Artes e Literatura, mas é importante ressaltar que o tratamento dessa abordagem afro-brasileira deve estar presente em todas as disciplinas.

A Lei n. 10.639/2003 torna-se essencial, pois reconhece a luta do movimento negro contemporâneo no que diz respeito à obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afro-brasileiros e mostra como essa temática é possível, necessária e transformadora. A lei é fruto das lutas e conquistas do povo negro, ela existe para que a população negra seja inserida de forma efetiva na sociedade, buscando diminuir as injustiças sociais. A aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003 e a utilização da Literatura Infantil Negra são ferramentas importantes para superar as desigualdades e exclusões que estão presentes dentro do próprio contexto educacional.

Pensando na importância da Literatura Infantil Negra, por meio da inserção e da valorização da representação e do protagonismo de personagens negros nos livros, pode-se abrir espaço para um universo de possibilidades, em que as crianças e, principalmente as crianças negras, possam se sentir representadas nas histórias contadas e nas ilustrações presentes nos livros infantis.

Nesse sentido, é fundamental discutir a temática étnico-racial tratada nos livros paradidáticos que são apresentados em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, para que, desde pequenas, as crianças, principalmente as crianças negras, possam desenvolver sua autoestima e sua formação crítica e reflexiva acerca da valorização do protagonismo negro não só na escola, mas em todos os espaços da nossa sociedade.

Os livros podem contribuir para a formação de sujeitos conscientes da diversidade étnico-racial presente na sociedade, por isso é necessário que se tornem importantes recursos na rotina dos pequenos leitores e que tragam também a abordagem da valorização da representação negra, pois, por meio da riqueza de conhecimento e do encantamento contidos em suas páginas, podem se tornar essenciais na formação de referências positivas para a construção da identidade das crianças negras.

A Literatura Infantil Negra pode desempenhar um papel essencial na formação do aluno em seus anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como no decorrer de toda a sua vida escolar, pessoal e profissional, o que, segundo Silva e Pereira (2014), possibilita valorizar as raízes da cultura africana e elevar a autoestima do aluno afrodescendente, fazendo com que ele não apenas se reconheça nessa cultura, mas também possa assumir plenamente sua identidade negra.

Por meio da literatura de temática negra o aluno tem a possibilidade de um contato maior com a diversidade cultural e étnica presente em nosso país, proporcionando assim o diálogo e a interação com diferentes culturas e povos para a construção de sua identidade, bem como para a valorização da cultura negra, levando-o a romper os paradigmas preconceituosos tanto em sua vida escolar como em sua vida em sociedade.

A introdução da temática étnico-racial na sala de aula torna-se relevante para a promoção de uma educação que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, em que as crianças e todos os outros atores envolvidos no processo educacional possam romper com as barreiras do preconceito que se encontra tão enraizado em nossa sociedade. Apresentar para as novas gerações livros com personagens negros pode auxiliar na criação de referências positivas para as crianças negras.

A escola deve assumir um compromisso político-pedagógico em prol da superação do racismo que segrega e humilha os negros, tratando-os apenas como objetos e não como sujeitos da história. Para tanto, a escola, entendida como espaço social, necessita estar apta no combate ao racismo, fomentando discussões referentes a esse tema entre professores, alunos, gestores e os demais sujeitos que fazem parte do ambiente escolar. A análise da Lei n. 10.639/2003 torna-se essencial, pois permite “[...] discutir a história e a literatura da comunidade africana e afro-brasileira no espaço da sala de aula” (Barbosa; Silva;

Sousa, 2020, p. 72) e mostra como essa temática é possível, necessária e transformadora.

Diante do exposto, este artigo almeja responder a seguinte pergunta: Como Literatura Infantil Negra colabora com o combate ao racismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, à luz da Lei n. 10.639/2003? Para responder à questão orientadora, foram utilizados os pressupostos teóricos de pesquisadores que abordam a Literatura Infantil Negra, bem como os estudos acerca da Lei n. 10.639/2003, racismo, preconceito e educação antirracista.

A LEI N. 10.639/2003

Foi pensando no reconhecimento do estudo da história africana, com o objetivo de favorecer uma educação das relações étnico-raciais, que em 2003 foi implementada a Lei n. 10.639/2003, em função da mobilização e das ações políticas realizadas pelo movimento negro. A lei torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e dos africanos, bem como da História e cultura afro-brasileira no currículo das instituições públicas e privadas, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

A Lei n. 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, de 1996, propondo o estudo da História da África e dos africanos, enfatizando a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira. Porém, desde sua promulgação, em janeiro de 2003, a aplicabilidade da lei ainda é vista como um desafio a

ser superado nas escolas e anuncia uma “[...] formação política e cultural para o exercício de uma cidadania social com vistas a um convívio sem preconceitos e democrático” (Bittencourt, 2018, p. 142). Uma das preocupações centrais dessa lei é a elaboração de um currículo voltado de fato para a educação das relações étnico-raciais.

Essa lei se contrapõe aos discursos que invisibilizam o racismo no Brasil e defendem a existência de uma “democracia racial” brasileira, pois a mesma busca romper com o mito da democracia racial, mostrando a permanência do racismo, “[...] compreendido como um sistema de dominação e regime de poder” (Santos; Corrêa; Santos, 2018, p. 127), seus impactos sociais, sua influência na educação, como o mesmo se manifesta no cotidiano escolar e no conhecimento.

O estabelecimento da lei representou um avanço no processo de democratização do ensino e da luta antirracista, buscando criar estratégias de combate e superação do racismo em nossa sociedade. A Lei n. 10.639/2003 enfatiza as disciplinas de História, Artes e Literatura “[...] no tratamento das questões que envolvem a História e Cultura Afro-Brasileira, mas é importante ressaltar que a abordagem dessas questões não se reduz ou é exclusiva dessas disciplinas” (Santos; Deorce, 2014, p. 88), é necessário mobilizar o maior número possível de pessoas, pois a escola e o professor, sozinhos, não conseguirão dar conta de tantas demandas referentes às questões étnico-raciais.

O percurso histórico da Lei n. 10.639/2003 está ligado ao ativismo do movimento negro engajado em combater o racismo e as demais opressões presentes na sociedade e pela reavaliação do papel do negro na construção da História do Brasil. A lei representa, portanto, uma conquista histórica do movimento negro brasileiro, uma organização social que luta pelo reconhecimento e valorização dos negros, de forma articulada com o desenvolvimento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira, buscando contribuir para uma educação das relações étnico-raciais, orientada pela igualdade e valorização da diversidade.

O movimento negro tem ainda como característica marcante “[...] a denúncia do ‘mito da democracia racial’, como um importante elemento na luta contra o racismo” (Pereira, 2012, p. 112). Segundo Pereira, em cada período da história do Brasil existiram movimentos negros com características distintas. O autor adota o termo “movimento negro contemporâneo” para se referir às atuações que ocorreram a partir da década de 1970 no que tange às questões raciais,

atuações que buscavam lutar contra o racismo e “[...] por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais e etc. – o que faz da diversidade e da pluralidade características desse movimento social” (Pereira, 2012, p. 117). O movimento negro, portanto, tem apostado na valorização da diversidade sociocultural presente na sociedade brasileira, buscando o reconhecimento e a visibilidade da história e da cultura africana e afro-brasileira.

O movimento negro luta para colocar em pauta a temática de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais, bem como do verdadeiro papel do negro como essencial na construção da história do Brasil, um debate que há tempos é marcado por uma longa trajetória de silenciamento, uma discussão colocada às margens pela sociedade brasileira e que precisa ser levada para dentro das escolas, bem como estar presente nos currículos escolares. “O protagonismo negro na luta contra a escravidão e por melhores condições de vida no período pós-abolição deve ser pesquisado, conhecido e trabalhado nas escolas de nosso país” (Pereira, 2012, p. 125). Só assim, estaríamos buscando alcançar a democracia racial, por meio da construção de um país diverso, democrático e antirracista.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o impacto da Lei n. 10.639/2003 é significativo, pois essa etapa é vista como essencial para a realização de um trabalho que priorize, desde cedo, a formação da consciência crítica e histórica das crianças, onde as mesmas começam a formar sua visão de mundo, suas identidades e valores. Parafraseando Vieira e Toniosso (2018, p. 23), os anos iniciais são os mais importantes na vida de uma criança, pois é nessa etapa inicial que a mesma constituirá sua base de conhecimento.

Ao incluir conteúdos que valorizam o protagonismo negro na construção da nossa sociedade, a lei contribui para o combate ao racismo desde a infância, promovendo o respeito à diversidade e à igualdade étnico-racial, possibilitando às crianças a formação do pensamento transformador, permitindo que se percebam como sujeitos históricos, percebendo que tudo que as cerca também faz parte do seu processo de formação. Dessa forma, a Lei n. 10.639/2003 tem sido fundamental para a construção de uma educação mais justa, plural e antirracista desde os primeiros anos escolares.

A LITERATURA INFANTIL NEGRA

A Literatura Infantil pode ser compreendida como um conjunto de obras literárias que são produzidas e destinadas para a infância, “[...] é aquela que seduz a criança, salvando a qualidade do texto e preservando o status de literatura” (Silva; Oliveira, 2023, p. 4). Ao falarmos de Literatura Infantil, torna-se necessário levar em consideração a Literatura Infantil Negra, que evidencia e valoriza a cultura negra por meio de textos e ilustrações.

Segundo Pestana (2021, p. 9), a Literatura Infantil Negra ou “Literatura Afro-Infantil” é entendida como “um braço da Literatura afro-brasileira ou Literatura Negra, que além de seu caráter estético, prazeroso, criativo e intelectual, têm como marca primordial seu caráter militante, de engajamento político-social”, que possibilita reflexões sobre identidade, respeito, autoestima e ancestralidade.

A Literatura Infantil pode ser uma forte aliada no combate ao racismo, pois a presença de personagens negros nos livros, com histórias de lutas e superações, em que os negros são apresentados como vencedores, capazes de transformar sua própria realidade, sua própria história, transmite uma mensagem de otimismo, reconhecimento e valorização, que possibilita o empoderamento das crianças negras.

Enfatizamos a importância da ilustração na Literatura Infantil, que “[...] deve ser entendida como uma linguagem própria, cuja função é produzir sentidos e provocar o diálogo com o leitor, seja por si mesma, seja em interação com palavras” (Carnaval, 2023, p. 116). A ilustração contribui então para que a criança aprenda a interagir com o livro e com as palavras. Por meio de sua função lúdica, convida a criança a interagir de forma ativa com o mundo da leitura visual e textual. Sendo as imagens componentes essenciais no todo narrativo, é importante refletir sobre o cuidado extremo que os ilustradores devem tomar ao ilustrar um livro infantil, principalmente, no tocante às imagens de personagens negros.

Historicamente, os negros foram associados aos animais, seres exóticos e destituídos de padrões de beleza, portanto, os livros infantis, com suas histórias e suas imagens, devem cumprir a função de desconstruir tal imaginário, sendo essencial que os ilustradores busquem produzir imagens mais próximas da realidade, “[...] abarcando a beleza, a sutileza e fazendo com que as imagens sugi-

ram algo bom e agradável ao olhar infantil” (Pestana, 2021, p. 6). Dessa forma, entendemos que as imagens, bem como as palavras, podem reforçar imaginários preconceituosos ou podem fazer a diferença na compreensão e construção de uma identidade para as crianças negras.

A literatura contribui com a formação do imaginário infantil. Os livros de Literatura Infantil apresentam um universo de personagens príncipes, princesas e heróis que se tornam importantes na imaginação das crianças, porém, as crianças negras não se veem representadas nesses personagens e acabam não se sentindo como protagonistas das histórias apresentadas nos livros, ficando assim presas ao que Adichie (2019) chama de “o perigo de uma história única”, em que ela mesma, quando criança, se viu envolvida.

A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história [...] A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos (Adichie, 2019, p. 26-28).

Adichie (2019), que aprendeu a ler aos dois anos de idade e se tornou escritora aos sete, só tinha contato com livros infantis britânicos e americanos que lhe apresentavam um tipo de história em que os personagens eram sempre brancos e de olhos azuis, por isso ela escrevia exatamente o tipo de história que lia, por não conhecer outras histórias, por não se ver representada nos livros que lia.

Segundo a autora, “[...] o que isso demonstra, [...] é quão impressionável e vulnerável somos diante de uma história, particularmente durante a infância” (Adichie, 2019, p. 13). A autora mostra que tudo mudou após conhecer as histórias presentes nos livros africanos, ali ela começou a se reconhecer como negra e percebeu que pessoas iguais a ela poderiam estar presentes na literatura, e afirmou que a descoberta de escritores africanos a salvou de ter apenas uma história única sobre o que são os livros.

Muitas crianças não se sentem representadas nos brinquedos, nos livros literários/didáticos e nas mídias em geral. “A representação que se faz de nós na literatura, por exemplo, é a de criado doméstico, ou em relação à mulher, a de concubina no período colonial” (Nascimento, 2021, local 36). Aqui, é possível

perceber que a cultura negra é uma das temáticas que acabam sendo marginalizadas no âmbito geral da sociedade, mais especificamente, no espaço educacional.

Ao mesmo tempo que surge a tendência de inserir o negro como protagonista na literatura, a partir da Lei n. 10.639/2003, “[...] tais produções necessitam não somente ser adequadas às necessidades de seus leitores/ouvintes, mas também serem realizadas com a devida qualidade estética e temática no tocante às questões étnico-raciais” (Dias; Kühlewein, 2023, p. 80). É essencial que os livros de Literatura Infantil com temática étnico-racial enfatizem uma qualidade estética, imagética e narrativa, para que não auxiliem na manutenção de estereótipos e nem perpetuem o racismo na sociedade brasileira.

Parafraseando Pestana (2021), os livros infantis devem conter histórias que ressaltem e valorizem as diferentes identidades e culturas, tocando os pequenos leitores de forma leve e prazerosa. Para tanto, pais, escritores, ilustradores, educadores e a escola como um todo devem estar atentos aos livros que são apresentados às crianças, e principalmente os educadores devem servir como ponte entre o livro e a criança, selecionando histórias que atendam de forma adequada ao seu público leitor.

Durante muito tempo, o conhecimento, considerado universal, foi na verdade um reflexo de experiências e culturas brancas, invisibilizando ou inferiorizando os saberes e vivências dos povos negros, reforçando padrões eurocêntricos e contribuindo para a reprodução das desigualdades raciais. Dessa forma, é importante refletir criticamente sobre a branquitude na educação para desnaturalizar privilégios, revisar práticas pedagógicas e construir uma escola verdadeiramente antirracista. É necessário, pois, apresentar diferentes autores, valorizar os diferentes saberes não eurocentrados e criar espaços de diálogos sobre identidade, diversidade e respeito às diferenças.

De acordo com Cida Bento (2022), o conceito de branquitude está relacionado à posição de destaque, de privilégios que pessoas brancas ocupam em uma sociedade estruturada pelo racismo. Cida Bento afirma que “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema de relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outros [...]” (Bento, 2022, p. 9). A autora destaca que a branquitude se manifesta de forma sutil, sendo muitas vezes invisibilizada ou naturalizada, o que contribui para a manutenção das desigualdades.

Ainda segundo a autora, é preciso reconhecer e debater as diferentes relações de dominação para que dessa maneira seja possível criar condições de avanço para o desenvolvimento de outro tipo de sociedade. É necessário, pois, que as pessoas brancas reconheçam seus privilégios e se comprometam com ações concretas de redistribuição de poder e de oportunidades. Portanto, é importante que a branquitude seja pensada na lógica antirracista, que visa combater a ideia de supremacia branca, visibilizar privilégios e enfrentar o racismo estrutural.

No campo da educação, a crítica à branquitude propõe a revisão dos currículos eurocentrados, a valorização da cultura e dos saberes afro-brasileiros e o desenvolvimento de práticas metodológicas que conduzam ao desenvolvimento de uma educação antirracista. Segundo o pensamento de Cida Bento, combater o racismo não é apenas uma tarefa dos negros que sofrem com ele, mas sobretudo de quem se beneficia dele, ou seja, de quem ocupa a posição privilegiada proporcionada pela branquitude.

Torna-se urgente, portanto, que a cultura negra seja reconhecida e valorizada dentro e fora do espaço escolar. Logo, é necessário o consumo de conteúdos diversificados para que nossas crianças tenham orgulho de sua origem. Por isso a importância de trazeremos a questão racial para a sala de aula, para a criação de referências que auxiliem na construção da autoestima das crianças.

Os pequenos afrodescendentes recebem muitas informações que não valorizam seus traços físicos e culturais, que não os permitem se sentirem representados. A família, a mídia, a sociedade como um todo, muitas vezes os oferecem referências de um lugar de inferioridade. Lugar este que, não dá espaço para referências significativas de sua ancestralidade. Assim, a Literatura Infantil com um enfoque nas histórias que valorizam a temática afro-brasileira, contribui para o respeito à beleza presente na diversidade de nossa sociedade (Sousa, 2018, local 8).

A Literatura Infantil, por meio da inserção e da valorização da representação e do protagonismo de personagens negros nos livros, pode abrir espaço para um universo de possibilidades, onde as crianças e, principalmente as crianças negras, possam se sentir representadas de forma positiva nas histórias contadas e nas ilustrações presentes nos livros infantis. Além disso, torna-se essencial a valorização da produção literária feita por autores (as) negros (as),

que devem ser apresentados às crianças para que sirvam como referências em seu processo de formação.

Pensamos aqui no processo de construção da identidade da criança negra que, ao entrar em contato com essa literatura de temática negra, passa a se enxergar e a se reconhecer, “[...] considerando aspectos que, historicamente, foram silenciados em nossa sociedade” (Silva; Oliveira, 2023, p. 6), além de possibilitar que a cultura negra seja ressignificada e valorizada no contexto educacional. A criança negra deve ser entendida como um ser pensante, capaz de refletir sobre si e o mundo, dialogar e se identificar com a literatura.

Segundo Santos e Deorce (2014, p. 81), o processo de formação da identidade é revelado por meio da cultura, sendo a identidade “[...] um conjunto de caracteres exclusivos de uma pessoa, construídos no contato com o outro e com outras referências”. A identidade é construída por meio dos lugares sociais que os indivíduos frequentam e pode ser também considerada múltipla, assim os indivíduos, percebendo a si e aos outros, podem construir uma imagem positiva ou negativa de si e dos outros.

A identidade envolve os níveis cultural, social, histórico e político de cada sociedade. A busca da identidade envolve semelhanças e diferenças, bem como está ligada ao processo de decifração do outro, em que “[...] o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente” (Gomes, 2005, p. 42). Dessa forma, a construção da identidade é baseada no diálogo e na interação. Para tanto, as identidades sociais são definidas no âmbito da cultura e da história.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as) (Gomes, 2005, p. 43).

Já que a identidade dos negros e negras é construída nos vários espaços, sendo eles institucionais ou não, a identidade negra também pode ser construída durante a trajetória escolar dos estudantes negros, tendo a escola a respon-

sabilidade social e educativa de compreender positivamente a identidade negra na sua complexidade, respeitando-a, assim como as diversas identidades que são construídas pelos diferentes sujeitos que atuam no ambiente escolar.

A Literatura Infantil Negra possibilita a construção de uma imagem e de uma identidade para a criança negra, bem como aponta para o reconhecimento da diversidade que está presente nos escritos literários, pois, de acordo com Fanon (2020, p. 114), “[...] o negro não deve mais se ver colocado diante deste dilema: branquear-se ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir [...]”. Por meio da Literatura Infantil Negra, a cultura negra poderá ser ressignificada e valorizada no contexto educacional, por isso, a mesma deve ser apresentada às crianças em sala de aula, para que possam reconhecer e entender a importância da imagem do negro nos livros infantis e em nossa sociedade.

A importância do texto literário reside em sua capacidade de não se limitar apenas aos conteúdos curriculares, “[...] para além disso, desenvolve a sensibilidade do sujeito e o humaniza” (Silva; Oliveira, 2023, p. 3). A literatura pode envolver o sujeito das mais variadas formas, onde o mesmo poderá interpretar e compreender o contexto histórico e social ao qual está inserido. A Literatura Infantil torna-se, então, uma ferramenta privilegiada para transmitir uma experiência coletiva e edificante às crianças, sendo o texto literário essencial na discussão da temática étnico-racial.

Dessa forma, o papel do professor torna-se relevante na escolha dos livros a serem apresentados aos pequenos leitores, para que se tornem aptos a se perceberem como sujeitos ativos na sociedade, para a construção da identidade e da autoestima das crianças negras e para sensibilizar as crianças não negras do quanto importante é o respeito à diversidade, como afirma Sousa (2018), para conhecer e reconhecer no outro as diferenças de forma positiva.

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA

O surgimento da Literatura Infantil Brasileira remete ao final do século XIX, período em que a estrutura da sociedade brasileira passava por diversas transformações devido ao advento da modernidade, a ascensão da burguesia como uma nova classe social e a estruturação do mundo capitalista. Segundo

Farias (2018), o mercado literário do Brasil nesse período era essencialmente ligado aos ideais das classes dominantes, bem como ao cenário burguês que pregava a modernização e a civilização, reforçando a construção de um Brasil aos moldes do padrão europeu.

Com o advento da Revolução Industrial surgiu um novo tipo de sociedade, a família passou a se preocupar mais com a educação das crianças, pois deixavam de ser vistas como adultos em miniatura e passavam a ser alvos de valorização e proteção. A infância assumia centralidade no mundo contemporâneo, que assistiu ao surgimento de um conjunto de políticas de proteção e amparo, permitindo que a criança também fosse alvo da produção cultural. Assim, a Literatura Infantil surgia para atender às especificidades das crianças, que demandavam um texto próprio, diferenciado da produção destinada ao adulto.

Os primórdios da Literatura Infantil, historicamente criada para transmitir visões de mundo, modelos e comportamentos a serem reproduzidos pelo leitor, foram marcados pela ausência dos negros nos livros. Seu objetivo era produzir uma determinada representação de infância, bem como de leitor infantil, contribuindo para a manutenção de estereótipos e legitimação do imaginário racista presente na sociedade brasileira. Segundo Silva e Silva (2011), as primeiras obras literárias voltadas para o público infantil e juvenil tiveram grande influência europeia, principalmente portuguesa, e tais obras tinham suas narrativas adaptadas de acordo com a linguagem brasileira.

Dessa forma, antes da abolição da escravidão, existia uma total ausência da figura do negro na literatura brasileira, bem como uma invisibilidade da criança negra, já que, para muitos escritores da época, os escravos negros não eram considerados seres humanos. Farias (2018) explica que os motivos para essa omissão e invisibilidade dos negros eram devido aos seguintes fatores:

Em primeiro lugar, pessoas negras foram consideradas inferiores em relação às brancas por muito tempo, em aspectos mentais, socioculturais e cognitivos. As teorias raciais, consideradas científicas, na época, justificavam a soberania dos brancos sobre às demais raças [...].

[...]

Em segundo lugar, havia a falta de um público leitor que se interessasse por qualquer informação relacionada ao cotidiano dos negros, já que a grande maioria

dos afrodescendentes [...] era analfabetos e, portanto, não compraria esses livros (Farias, 2018, p. 19).

Portanto, as marcas de inferioridade que foram construídas historicamente fizeram com que os negros ficassem invisíveis nos livros, bem como para toda a sociedade. Por serem considerados inferiores, por não possuírem recursos para o acesso aos livros de literatura e por não serem pessoas letradas, os negros foram por muito tempo excluídos, silenciados das páginas dos livros.

Gouvêa (2005) apresentou fatores que explicam a ausência do negro dos textos literários, explicando que a marginalização e o apagamento dos negros refletiam a mentalidade dominante da época, em que existia a defesa dos ideais de progresso e civilização. Diante dessa mentalidade, “[...] o negro era percebido como herdeiro de uma ordem social arcaica e ultrapassada, ligado ao tradicionalismo, à ignorância” (Gouvêa, 2005, p. 84), o que não condizia com o modelo europeu e com a ideia de progresso. A autora apresenta ainda um outro fator, que seria o incômodo que os escritores sentiam em representar a figura do negro em seus escritos, já que o negro, com seu corpo, suas práticas e sua tradição escravocrata, era incompatível com a construção de um país civilizado.

Esse quadro só começa a se modificar muito tempo depois da abolição da escravidão, mais especificamente no início do século XX. A partir da década de 1920, o Brasil experimentava a ausência de referências culturais, artísticas e científicas que expressassem a nacionalidade e a identidade brasileira. Com o surgimento do Modernismo, os escritores voltaram-se para a construção de uma identidade nacional brasileira. Desse modo, de acordo com Farias (2018), os personagens negros começaram a surgir nas narrativas, de forma a caracterizar uma suposta integração racial.

A temática racial passou a estar presente nas obras literárias que foram escritas entre as décadas de 1920 e 1940, apresentando personagens negros associados às raízes culturais do Brasil. Porém, a representação do negro aparece de forma estereotipada e mitificada, remetendo, na maioria das vezes, ao passado escravocrata, com “[...] caracterizações superficiais e nomes que se limitavam a reforçar a cor de sua pele, como negrinho, negrinha, o preto, a pretinha, entre outros” (Farias, 2018, p. 20). O que existia era uma perspectiva de desqualificação do negro e a defesa da miscigenação, para o embranquecimento da

população brasileira. Dessa forma, o objetivo era, como afirma Fanon (2020, p. 62), “[...] branquear a raça”, para garantir sua brancura.

Dessa forma, de acordo com Chartier (2002, p. 17), “[...] as representações do mundo social [...], são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. No caso da representação desqualificada do negro nas obras literárias, não havia uma percepção, nem um discurso neutro, o que havia, parafraseando Chartier (2002), era a ideia de impor uma autoridade às custas dos outros, no caso, os negros como menosprezados, tendo como justificativa a legitimação de um projeto reformador para o Brasil.

Para tanto, os personagens constantes nas obras literárias seriam os(as) negros(as) velhos(as), vistos como figuras que resgatavam o folclore por meio de suas histórias, costumes e crenças, já que os autores buscaram no folclore nacional modelos e referências que possibilitassem a construção de um texto dirigido às crianças. A ideia era tentar construir personagens e temáticas que recuperassem a tradição oral presente no imaginário social brasileiro. Como afirma Gouvêa (2005, p. 84),

Por um lado, o negro vinha reafirmar a identidade nacional, associada ao folclore brasileiro e marcando com sua história, práticas religiosas e valores, a infância dos personagens. Por outro, esses mesmos valores não encontravam lugar no seio de uma sociedade que se pretendia moderna, fazendo-o ocupar um espaço social à parte (Gouvêa, 2005, p. 84).

Assim, os personagens da negra e do negro velhos eram apresentados como moradores do campo, trabalhadores, afetuosos e passivos, já que a maioria dos negros velhos, ex-escravizados, permaneceram trabalhando para os seus ex-senhores, como empregados ou agregados, em troca de abrigo e alimentação. Eram, ainda, apresentados como contadores de histórias, destacando um forte traço da cultura negra, a oralidade, com a transmissão de histórias de origem africana. “Tais histórias eram representadas como carregadas de valor afetivo, contadas por pretas velhas, associadas à ingenuidade, ao primitivismo, apresentando uma estereotipia e simplificação características” (Gouvêa, 2005, p. 84). Dessa forma, os(as) negros(as) velhos(as) reforçavam o significado do folclore nacional e a arte da contação de histórias para as crianças.

Entretanto, os escritores apresentavam os personagens negros como selvagens, analfabetos, os traços e estereótipos dos negros continuavam sendo des-

critos com preconceito, desprezo, e até mesmo horror, como é possível observar nas obras de Monteiro Lobato, por meio da personagem da Tia Nastácia. Monteiro Lobato é considerado o precursor da Literatura Infanto-juvenil no Brasil, porém, Tia Nastácia é apresentada em grande parte de suas obras com preconceito e discriminação.

Segundo Gouvêa (2005), por meio dessa personagem, Monteiro Lobato apresentava a contradição entre o projeto de resgate da tradição oral e sua inadequação ao projeto de modernidade, sendo Tia Nastácia associada à ignorância e à falta de criatividade, e os outros personagens consideravam as histórias contadas por ela como de mau gosto. Dentro do contexto Modernista, Tia Nastácia era então a figura que não se adequava ao projeto do novo Brasil, pois reforçava aspectos da identidade nacional e valorizava práticas e valores culturais que a modernidade buscava deixar para trás.

Do mesmo modo, Farias (2018, p. 21) também tece questionamentos em relação às obras de Monteiro Lobato e afirma que o escritor

Trazia à tona em seus textos a cultura mais tradicionalista do senso comum, que ia gradativamente ficando para trás. Porém, ao mesmo tempo, ele mostrava distanciamento e desvalorização do saber popular, em relação aos saberes eruditos, representado pela cultura do branco europeu (Farias, 2018, p. 21).

Por isso, o conhecimento da Tia Nastácia era criticado, por ser do povo, por ser inferior, por representar os costumes dos negros. Segundo Farias (2018), a personagem tinha sua inteligência questionada pelos outros personagens, além de ter sua aparência física mencionada de forma preconceituosa. Além disso, as ilustrações de Nastácia nas histórias a apresentavam sempre com as vestes sujas, desarrumada e com traços bem grotescos.

Diferentemente da representação dos(as) negros(as) velhos(as) das zonas rurais, o negro jovem, morador da cidade, recém-liberto, quase não aparecia nos livros de Literatura Infantil. Isso porque, segundo Farias (2018), o negro jovem “[...] era visto como perigoso, ladrão, mendigo, um reflexo do jovem negro na sociedade urbana pós-abolicionismo” (Farias, 2018, p. 22). A explicação para o aumento da marginalidade de jovens negros no pós-abolição reside no fato de que, mesmo se encontrando sem casa, sem posses e sem oportunidades de trabalho, os jovens ex-escravizados não desejavam se submeter novamente a nenhuma condição que se assemelhasse à que possuíam quando ainda

eram escravos. Dessa forma, como afirma Farias (2018), por meio da Literatura Infantil, as relações de humilhação, preconceito e exclusão eram sutilmente mascaradas nos livros.

A autora afirma ainda que essa “[...] caracterização negativa dos personagens negros nos livros infantis permaneceu por mais algumas décadas, deixando gerações de crianças afrobrasileiras carentes de uma literatura que lhes representasse positivamente” (Farias, 2018, p. 23). Essa abordagem começa a se modificar a partir do livro *Menina Bonita do Laço de Fita*, escrito por Ana Maria Machado, com sua primeira publicação datada de 1986. O livro apresenta um coelhinho branco que é apaixonado por uma menina bonita com um laço de fita e quer muito descobrir o segredo da beleza da linda menina. Esse livro é um grande sucesso de Ana Maria Machado, que se tornou um clássico da Literatura Infantil.

Desde então, ocorreu uma mudança significativa na forma como os negros eram apresentados na Literatura Infantil, “[...] as indústrias editoriais passaram a dedicar mais atenção ao público infantil negro” (Farias, 2018, p. 23), com a produção de livros com propostas de uma nova representação da imagem dos negros, objetivando romper com o preconceito e com a visão estereotipada e valorizando suas tradições e aspectos físicos. Atualmente, muitos livros de Literatura Infantil abordam a importante contribuição dos afrodescendentes para a formação do nosso país. São leituras que possibilitam que os jovens se sintam representados, pois suas histórias abordam o caráter físico, a beleza corporal, a beleza dos cabelos e os aspectos culturais e históricos dos negros.

Segundo Silva e Silva (2011, p. 7), “[...] a ausência de personagens negros ou a sua marginalização nas histórias infantojuvenis acarreta [...] sérias consequências no imaginário do educando, criando uma realidade distorcida e preconceituosa, além de contribuir para a sustentação de uma ordem social desigual”. Eis porque a presença de personagens negros na Literatura Infantil é importante para instaurar novos modelos e referências para as crianças negras, em busca da valorização e do respeito de suas tradições e de sua identidade.

Para tanto, entendendo a literatura como fator importante na formação cultural, intelectual e social das crianças, os educadores e responsáveis precisam estar atentos e com um olhar crítico no que se refere à escolha dos livros que serão apresentados às crianças. Elas precisam se sentir representadas por

meio de textos e imagens que contemplem e valorizem a diversidade, que constitui uma marca histórica na formação de nosso país.

DESCOLONIZANDO O EU: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Lélia Gonzalez (2020), grande intelectual brasileira, se destacou na luta contra o racismo e por meio do Feminismo Negro também lutou contra a desigualdade de gênero vinculada à raça. A autora estabeleceu duras críticas ao racismo como criação do homem branco e entendido como a crença na superioridade de uma raça em relação às outras, afirmando que “[...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negro-africana” (Gonzalez, 2020, p. 135).

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (Gonzalez, 2020, p. 55).

Há anos, as ações do movimento negro apresentam o racismo como uma estrutura presente nas relações sociais, criando desigualdades e abismos, ou seja, o racismo separa as pessoas. Por esse sistema de opressão, os negros e outros grupos são considerados inferiores. “O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo” (Ribeiro, 2019, p. 12-13). O racismo se afirma por meio de sua própria negação, pois a sociedade brasileira nega a existência do racismo e do preconceito racial. Parafraseando Beatriz Nascimento (2021), talvez exista a democracia racial brasileira, porém, em relação ao negro, ela não existe.

Segundo Nascimento (2021), o preconceito racial em determinadas situações está disfarçado e/ou camuflado nas mais diferentes manifestações, até mesmo nas de cunho afetivo — em que nem sempre é possível perceber até onde a intenção de humilhar existiu — e na representação que se faz do negro na literatura: o homem negro é representado como escravizado, criado doméstico, vilão, malandro, ladrão, já a mulher negra é representada como concubina, cozinheira, faxineira, prostituta.

No cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade, os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial, quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. O que nos mostra o quanto os negros ainda continuam sendo inferiorizados. Desse modo, estabelecendo uma relação entre o racismo e o processo de inferiorização, como afirma Fanon (2020, p. 107), “[...] tenhamos a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”. Ainda segundo o autor, os brancos se consideram superiores aos negros, e esses “[...] querem demonstrar aos brancos, custe o que custar, a riqueza de seu pensamento, o poderio equiparável de sua mente” (Fanon, 2020, p. 24). Há anos as comunidades negras lutam contra o racismo e contra todas as formas de opressão. Todos são iguais nas condições de aprender algo e se destacar na vida, não importa cor, sexo, religião, lugar em que nasceu; todos têm direito a uma vida digna e de serem tratados de acordo com as suas capacidades.

Por isso a representação negra na Literatura Infantil torna-se relevante como forma de respeito e de valorização de todo o legado cultural dos povos afrodescendentes, bem como contributo para o desenvolvimento de uma educação antirracista, “[...] afinal, o antirracismo é uma luta de todos” (Ribeiro, 2019, p. 15). A introdução da referida temática na sala de aula pode contribuir para que as crianças se transformem em agentes de uma sociedade mais igualitária. Além disso, envolve todos os sujeitos do processo educacional na luta pelo rompimento das barreiras do preconceito, tão enraizado em nossa sociedade.

Na escola o poder de coerção é exercido por quem tem hegemonia, nesse caso os brancos, sua educação eurocêntrica e, conseqüentemente, a escola passa a ser o local em que surgem situações de racismo, preconceito e discriminação e dependem das práticas pedagógicas e da postura do educador saber lidar com esses casos que acontecem no cotidiano da sala de aula, a escola pode ser também um lugar para a promoção da igualdade e da cidadania (Oliveira, 2022, p. 97).

A escola é um o espaço onde pode se desenvolver práticas racistas, mas também é um espaço que pode promover a igualdade e a cidadania. A escola tem um papel fundamental na socialização das crianças e adolescentes por meio da transmissão de saberes e valores necessários ao conhecimento e valorização da pluralidade cultural de nosso país, bem como ao desenvolvimento do respeito às diferenças, sejam elas raciais, culturais, religiosas e/ou sociais.

A educação antirracista é aquela que tem como objetivo principal vincular o processo de ensino-aprendizagem ao pertencimento étnico, racial e cultural da população brasileira, e deve combater qualquer forma de discriminação. A organização do trabalho por uma educação antirracista não pode deixar de lado a participação das famílias dos educandos e da comunidade em geral, pois é conhecendo os problemas e necessidades das famílias e da comunidade que podemos determinar o planejamento mais adequado e que esteja em sintonia com a realidade vivenciada no contexto escolar.

Segundo Djamilia Ribeiro (2019, p. 21), “[...] reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras branco, negro, racismo, racista”. Considerando que o sistema racista existe e está sempre se atualizando, precisamos aprender a reconhecer o racismo e criar meios necessários para combater a opressão. De acordo com Fanon (2020, p. 101), “[...] uma sociedade é racista ou não é. Enquanto não percebermos essa evidência, uma quantidade enorme de problemas será deixada de lado”. Por meio da educação, é possível desenvolver as práticas essenciais para combater o racismo, o preconceito e a discriminação.

Lélia Gonzalez (2020) defendia a importância de os sujeitos marginalizados, principalmente os negros, erguerem a sua voz e se humanizarem, visto que, pelo racismo, os sujeitos são tratados como objetos, sem direito a voz. Dessa forma, torna-se necessário e urgente que o excluído, e mais especificamente o negro, assuma sua própria fala e se coloque como sujeito, pois o mesmo é infantilizado, “*infans* é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos” (Gonzalez, 2020, p. 78). A historiadora defende a urgência de que os negros assumam sua própria fala para que possam contar sua própria história e desconstruir aquela história dos negros contada pelo branco.

Fanon (2020, p. 31) também considera importante que os negros assumam sua própria voz, defendendo a ideia de que “falar é existir absolutamente para o outro”. Por isso a ideia de “descolonização do eu” e descolonizar, segundo Correia (2023, p. 423), homem negro, gay e candomblecista, é “[...] uma práxis que exige uma luta diária, pois permite-nos inventar uma nova maneira de viver diante do opressor”. A voz que antes foi silenciada e apagada precisa insurgir para dar visibilidade ao povo negro, sua história e sua cultura.

A voz do negro deve se erguer para que o mesmo possa se posicionar en-

quanto sujeito e enquanto diferença. “O pensamento negro aqui deve ser encarado como lugar de (re)existência, como agenciamento político, como dispositivo e máquina de guerra contra toda forma de opressão, racismo, discriminação e segregação” (Correia, 2023, p. 425). Como afirma Correia,

[...] hoje em dia, com toda a luta antirracista, nós negros, ao assumirmos nosso lugar de fala, aprendemos a correr todos os riscos e nos responsabilizamos pelas nossas próprias narrativas, [...]. No entanto, é desnecessário hoje que o outro fale por nós. Nesses termos, ser colocado como O “outro” é uma forma mais cruel de nos desumanizarmos e apagar a nossa existência, além de desrespeito à nossa voz, pois foi esse outro que sempre nos calou, nos silenciou, nos oprimiu (Correia, 2023, p. 421-447).

As vozes negras importam e os negros devem se reconhecer como sujeitos, reconhecer sua visibilidade e sua representação na sociedade e começar a pensar a partir de sua própria experiência. A importância da descolonização do eu reside nessa defesa de afirmação do direito à fala do povo negro, na desconstrução da história dos negros contada a partir da ótica branca do colonizador.

Uma das formas mais potentes de descolonizar o eu é “[...] deixar de falar pelo outro ou sob seus ombros e assumir a potência da sua própria voz. Erguer a voz é se assumir enquanto sujeito” (Correia, 2023, p. 433). Esse processo de empoderamento, de valorização do lugar de fala do povo negro, pode e deve ser trabalhado no ambiente escolar, para que, desde cedo, as crianças possam se sentir valorizadas e respeitadas e possam usar as suas vozes para se afirmarem enquanto sujeitos plenos de direitos e de humanidade.

Quando pensamos no processo de ensino-aprendizagem dos anos iniciais, torna-se necessário levar em consideração os diferentes fatores que colaboram na formação das crianças e, dentre esses fatores, citamos o ensino por meio da literatura, que contribui na formação crítica, na sensibilidade e na humanização dos educandos. A contribuição da Literatura Infantil torna-se relevante nesse processo de conhecimento e reconhecimento da cultura e do protagonismo negro na sociedade. Trata-se de uma luta diária, por meio de um novo modo de pensar que questiona a supremacia branca, denuncia e busca combater o racismo e toda forma de opressão que se encontra presente nas mais diferentes manifestações e espaços de nossa sociedade.

Segundo Santos e Deorce (2014, p. 89), “[...] contar uma história diferente

é uma tentativa de reparar um pouco as injustiças sofridas por este povo. É também luta a favor das igualdades sociais e anunciar um mundo melhor, mais ético e estético”. Devemos assumir um compromisso político-pedagógico em busca da superação do racismo, que segrega, cria estereótipos ao grupo étnico-racial negro e reconhece esses sujeitos como objetos da história, e não como partícipes e construtores dela.

A LITERATURA INFANTIL NEGRA E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Nesta seção, apresentamos as potencialidades da Literatura Infantil a partir de obras que evidenciam o protagonismo negro e a história africana ou afro-brasileira, enfatizando a relevância da abordagem da educação antirracista a partir da utilização da Literatura Infantil Nega. Pretendemos, pois, abrir caminhos para o desenvolvimento de um trabalho de mediação literária, por meio da aplicação da Literatura Infantil Negra em sala de aula. A literatura infantil de temática negra enfatiza a história e cultura dos povos africanos, a representação e o protagonismo negro, com vistas a possibilitar um ensino voltado para o conhecimento, valorização e respeito à diversidade presente em nosso país, para o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Objetivamos apresentar alguns livros de Literatura Infantil Negra, bem como apresentar propostas de como trabalhar as obras literárias em sala de aula para o desenvolvimento de práticas que favoreçam a autoestima das nossas crianças negras, a valorização das diferenças e a superação do racismo no ambiente educacional e na sociedade como um todo. Enfatizamos a importância da presença da temática étnico-racial em sala de aula, por meio do trabalho com a Literatura Infantil Negra, para que possa servir como uma ação de enfrentamento aos diversos problemas e conflitos enfrentados pelas crianças e adolescentes nas escolas, frutos do racismo que insiste em menosprezar os povos negros e colocá-los às margens da sociedade.

Dessa forma, diante da diversidade de livros paradidáticos que abordam a temática negra e o protagonismo negro, apresentamos a seguir três obras de Literatura Infantil Negra que destacam o protagonismo e a representação de personagens negros: *Princesas Negras*, de Ariane Celestino e Edileuza Penha; *O Pequeno Príncipe Preto*, de Rodrigo França; e *Sulwe*, de Lupita Nyong'o. Por meio da análise dessas obras, pretendemos enfatizar um trabalho de mediação

literária, com o intuito de ensinar as crianças sobre diversidade e aceitação das diferenças, além de contribuir para que as crianças negras se sintam representadas nas histórias apresentadas nos livros.

As três obras escolhidas apresentam uma escrita voltada para a valorização da identidade, da autoestima, da diversidade e do protagonismo das crianças negras. Além disso, se preocupam com a humanidade, buscando caminhos que possibilitam desenvolver a empatia, o afeto, o carinho e o respeito nas crianças. Dessa forma, as referidas obras podem ser ferramentas significativas com vistas a enfatizar o protagonismo negro infantil, a criar referências para as crianças negras, bem como para a valorização da autoestima e do respeito à diversidade, visando a promoção de uma educação antirracista.

PROPOSTA 1 – PRINCESAS NEGRAS

O livro *Princesas Negras* foi publicado em 2018 e suas autoras são Ariane Celestino (pesquisadora, professora e formadora de professores na educação das relações étnico-raciais) e Edileuza Penha (professora e escritora brasileira), duas mulheres negras empenhadas na defesa da valorização e respeito à sabedoria, aos traços físicos, aos cabelos e à ancestralidade dos povos negros. Escolhemos essa obra porque, por meio de sua leitura, as crianças têm a possibilidade de conhecer princesas negras, estas que são muitas e estão espalhadas por todo o Brasil e pelo mundo inteiro.

Quem sabe você não convive com uma, ou é uma delas? Pois, as princesas negras podem ser encontradas nas escolas, nas universidades, em diferentes postos de trabalho. As princesas negras são inteligentes, lutadoras, espertas e sua sabedoria é parte dos ensinamentos de suas mães e avós. Elas são muito especiais e se destacam por toda a sua ancestralidade, com sua pele escura rica em melanina, com seus cabelos crespos que podem representar um mundo de possibilidades, com penteados e enfeites variados. Como as autoras afirmam no livro, as princesas negras só podem ser vistas pelas pessoas diferentes, “[...] porque as princesas negras para serem vistas têm de ser, antes, sentidas” (Celestino; Penha, 2018, p. 5).

Como proposta inicial, sugerimos a apresentação da obra: capa, autoras, ilustrações, ano de publicação, editora, etc. Em seguida, deverá ser realizada uma leitura compartilhada. Após a apresentação e leitura do livro *Princesas*

Negras, sugerimos, como atividade, a confecção de um **Lap Book**, que é considerado uma ferramenta didática interativa, usada para organizar e apresentar conteúdos de forma criativa e dinâmica. Ele combina textos, imagens, abas, bolsos e dobraduras, permitindo que os alunos explorem os temas de maneira visual e tátil. O *Lap Book* pode ser um recurso didático inovador para fortalecer a identidade e a cultura afro-brasileira no ambiente escolar.

Após a confecção do *Lap Book*, deverá ser feito um momento de troca de experiências, em que os alunos farão a exposição do material produzido. Os resultados esperados com essa atividade são: criação de estratégias pedagógicas para fortalecer a identidade e o empoderamento das crianças negras; estímulo ao protagonismo dos alunos na criação de novas narrativas; incentivar os alunos a criarem suas próprias histórias sobre príncipes e princesas negras; combater estereótipos nas histórias infantis.

PROPOSTA 2 – O PEQUENO PRÍNCIPE PRETO

O livro *O Pequeno Príncipe Preto*, de Rodrigo França, com ilustrações de Juliana Barbosa Pereira, publicado no ano de 2020, apresenta a história de um pequeno príncipe que vive em um minúsculo planeta. Além dele, existe no planeta apenas uma árvore Baobá, sua única companheira. Quando chegam as ventanias, o menino viaja por diferentes planetas, espalhando amor e empatia. O autor pretende, por meio desse lindo conto, enfatizar a importância de valorizarmos quem somos e nossas origens, além de mostrar a força do carinho e do afeto.

Para o trabalho com essa obra, propomos duas atividades: a produção de um **Livro 3D** e a confecção de um **Avental Pedagógico**. O Livro 3D é uma ferramenta poderosa para valorizar a história e cultura afro-brasileira na educação. Esse recurso possibilita melhorar a interação das crianças com a leitura e promove o desenvolvimento de habilidades de escrita e aborda a leitura de forma lúdica e prazerosa. Deve ser um recurso visual atrativo às crianças, com linguagem simples e acessível. As imagens tridimensionais auxiliam na compreensão da narrativa, estimulam ainda os sentidos das crianças, proporcionando uma experiência mais imersiva e sensorial durante a leitura.

O Avental Pedagógico é uma ferramenta criativa e inclusiva para estimular a representação negra nas histórias infantis. Nele, os personagens das histó-

rias podem ser fixados. A contação de histórias utilizando o avental é uma ótima forma de cativar os alunos, já que o momento de contar a história pode ser realizado olhando para todas as crianças e movimentando o personagem livremente antes de anexá-lo no avental. Essa técnica tem como objetivo estimular a criatividade, a imaginação e a fantasia.

Após a confecção do Livro 3D, sugerimos um momento de troca de experiências entre alunos e professores, incentivando as crianças a produzirem seus próprios livros interativos. Após a confecção do Avental, os alunos deverão ser orientados sobre as formas de uso do avental na contação de histórias, sendo elas: narrativa interativa, em que os alunos podem tirar os personagens do bolso e encaixá-los no cenário; encenação, em que o professor pode distribuir os palitoches para as crianças representarem a história; roda de conversa, em que podem ser direcionadas algumas perguntas para a discussão com os alunos: O que você sentiu ouvindo essa história? O que significa ser um príncipe ou uma princesa na vida real? Como podemos tratar todos com respeito e igualdade?

Os resultados esperados com essas atividades são: sensibilizar alunos e professores sobre a importância da Literatura Infantil Negra; estimular o protagonismo das crianças na construção de narrativas positivas sobre a negritude; promover discussões sobre identidade, autoestima, respeito e diversidade em sala de aula; incentivar a criatividade e a participação ativa dos alunos.

PROPOSTA 3 – SULWE

Essa proposta enfatiza um trabalho voltado para a leitura da obra *Sulwe*, de Lupita Nyong'o (2019), ilustrado por Vashti Harrison e traduzido por Rane Souza. A obra retrata a história de Sulwe, uma criança que passa por um processo doloroso de aceitação identitária. Ela se sente inferior às demais pessoas a sua volta, devido ao seu tom de pele mais escuro. Sulwe é mais escura que todos de sua família e de sua escola. A protagonista só queria se sentir bonita e cheia de luz como sua mãe e sua irmã e, para isso, ela passa por diversos conflitos e realiza várias ações sem sucesso com o objetivo de clarear a sua pele. Quando ela menos esperava, uma jornada mágica no céu da noite abriu seus olhos e fez com que tudo mudasse.

A proposta de atividade pedagógica para esse momento é a **confecção de fantoches**, tendo como base a história de Sulwe. Essa atividade visa sensibilizar

os professores para o uso da literatura infantil como ferramenta de empoderamento e inclusão, além de ser um recurso lúdico para trabalhar a identidade e a autoestima com as crianças. A atividade possibilita ainda trabalhar a importância da diversidade e a valorização da identidade negra dentro do ambiente escolar, além de estimular a criatividade e a expressão oral dos professores e alunos.

Após a apresentação do livro e a leitura da obra, sugerimos dividir os alunos em grupos para a confecção dos fantoches baseados nos personagens da história de Sulwe. Após a confecção do material, sugerimos a realização de um momento de encenação com os fantoches, bem como uma reflexão. Para complementar a atividade, sugerimos a produção de um mural, onde os alunos escrevam mensagens sobre diversidade, representação negra, autoaceitação, autoestima, respeito e afeto. Após os alunos escreverem suas mensagens, propomos que eles as coleem no mural e façam um breve comentário a respeito do que escreveram. Os resultados esperados com essa atividade são: reflexão sobre a importância da diversidade na literatura infantil; estímulo à criatividade e expressão oral dos alunos; e valorização da identidade negra dentro do ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, desenvolvemos uma breve discussão acerca da importância do trabalho com a Literatura Infantil Negra nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo como base a Lei n. 10.639/2003, que favoreceu o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Problematizamos a introdução da temática étnico-racial em sala de aula para o desenvolvimento de uma educação antirracista, bem como para o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e racial presente em nossa sociedade, desmitificando a falsa ideia da existência de uma democracia racial brasileira.

A literatura que destacamos neste artigo foi a de temática negra, que enfatiza a história e cultura dos povos africanos e a representação e o protagonismo negro, com vistas a possibilitar um ensino voltado para o conhecimento, valorização e respeito à diversidade presente em nosso país. Defendemos assim um trabalho para o desenvolvimento de uma educação antirracista, tendo como

base a Literatura Infantil de temática negra em sala de aula, para o desenvolvimento de práticas que favoreçam a autoestima das nossas crianças negras, a valorização das diferenças e a superação do racismo. O trabalho no combate ao racismo e pelo fim da desigualdade social e racial não deve ser tarefa exclusiva da escola. A reflexão sobre a questão racial é, portanto, uma questão que envolve a humanidade.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BARBOSA, M. P.; SILVA, M. J. da; SOUSA, I. G. K. de. Lei 10.639/03 e o Ensino de Literatura Africana e Afro-Brasileira na Escola Estadual Antônio Gröhs: da teoria à prática pedagógica. *Revista de Estudos Híbridos na Área da Linguagem (REHAL)*, v. 1, p. 68-80, 2020.
- BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.
- BENTO, C. *O Pacto da branquitude*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BITTENCOURT, C. M. F. Reflexões sobre o ensino de História. *Estudos Avançados*, v. 32 n. 93, p. 127-149, 2018.
- CARNAVAL, M. M. Luzes e Sombras: a narrativa visual de Suzy Lee na Educação Infantil. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 23, n. 2, p. 112-126, maio/ago. 2023.
- CORREIA, P. P. "O lixo vai falar, e numa boa": Lélia Gonzalez, a criadora de caso do feminismo negro. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, v. 3, n. 1, p. 421-447, 2023.
- CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Memória e Sociedade. Coleção coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. DIFEL, 2. ed., 2002.
- DIAS, É. M.; KÜHLEWEIN, C. Uma princesa nada boba: um conto de fadas nada branco. *Minguilin – Revista Eletrônica do Netlli*, v. 12, n. 3, p. 75-94, 2023.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

- FARIAS, J. O. A representação do negro na literatura infantil brasileira. *Revista Periferia*, v.10, n.1, p. 17-32, 2018.
- FRANÇA, R. *O Pequeno Príncipe Preto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.
- GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GOUVÊA, M. C. S. de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 1, p. 77-89, 2005.
- MEIRELES, A. C.; SOUZA, E. P. de. *Princesas Negras*. Ilustrações de Juba Rodrigues. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- NASCIMENTO, B. Por uma história do homem negro. In: *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NYONG'O, L. *Sulwe*. Ilustração de Vashti Harrison. Tradução de Rane Souza. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocquinho, 2021.
- OLIVEIRA, S. R. M. de. As Mulheres Negras na Educação do Brasil. *REEDUC UEG*, v. 8 n. 1, 2022.
- PESTANA, C. V. de A. A literatura afro-infantil: representação e representatividade. In: I Encontro nacional de literatura infantil/juvenil: teorias e práticas leitoras, UERJ. *Anais [...]*, UERJ, 2021.
- PEREIRA, A. A. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 111-128, 2012.
- RIBEIRO, D. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, A. S.; DEORCE, M. S. Sala de aula, diversidade e os materiais didáticos no contexto das relações étnicorraciais. In: CAPRINI, A. B. A.; REIS, E. dos; RODRIGUES, R. F. (Orgs.). *Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola*. Manual do projeto gráfico dos livros de TCC. Organização: Cefor. Serra, ES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2014.
- SANTOS, R. E. dos; CORRÊA, G. S; SANTOS, R. C. Oficinas “Racismo e Educação”: Experiências de atuação de uma pesquisa-ação na aplicação da Lei 10.639/03. *e-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ)*, v. 7, n. 16, 2018.

- SILVA, A. W.; OLIVEIRA, M. D. de. A Literatura Infantil Negra em Sala de Aula: caminhos a desbravar por meio da formação docente. *Revelli*, v. 15, 2023.
- SILVA, M.; PEREIRA, M. M. Apontamentos sobre a Lei 10.639/2003 e o Ensino de Literatura: uma proposta de estudo. *Poiésis – Revista do Programa de pós-Graduação em Educação*, Universidade do Sul de Santa Catarina, v. 8, n. 14, p. 488 a 495, 2014.
- SILVA, L. C. L. da; SILVA, K. G. da. O negro na literatura infantojuvenil brasileira. *Revista Thema*, v. 8, 2011.
- SOUSA, G. T. de. A Representatividade Negra na Literatura Infantil: dentro da sala de aula. XCOPENE (Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros). *Anais [...]*. Uberlândia, 12 a 17 out. 2018.
- VIEIRA, A. C.; TONIOSSO, J. P. O ensino da história nos anos iniciais do ensino fundamental: concepções dos professores sobre a prática em sala de aula. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, p. 22-42, 2018.

NOTA

¹ Este artigo é um recorte da dissertação de Mestrado, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), intitulada Ensino de História e Literatura Infantil: Educação Antirracista e Representação Negra nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, à luz da Lei 10.639/2003. O trabalho teve como orientadora e coautora a Prof.^a Dr.^a Renata Cristina da Cunha.